

# Sofrimento programado

Um dos aspectos mais dramáticos da crise por que passa o sistema de saúde é que todos os seus lances são perfeitamente previsíveis. É um sofrimento programado, que não deixa margem a qualquer esperança. Ninguém em sã consciência, por exemplo, pode-se dizer surpreendido com a nova ameaça dos milhares de hospitais espalhados por todo o País, conveniados ao Inamps, de interromper o atendimento aos beneficiários do Sistema Unico de Saúde (SUS). As dívidas atrasadas do Inamps com os hospitais são de tal monta que, embora essa decisão possa levar o sistema de saúde ao colapso, com as conseqüências sociais facilmente imagináveis, é difícil discordar da atitude por eles adotada, ou atribuir-lhes má-fé.

Segundo o secretário da Federação Brasileira de Hospitais e Federação Nacional de Estabelecimentos de Serviços de Saúde (Fenaess), Chafic Farhat, "não se trata de locaute, nem de greve, mas de exaustão". Os hospitais conveniados têm a receber do governo, pelos seus cálculos, Cr\$ 10 trilhões relativos à prestação de serviços em abril e outros Cr\$ 22,4 trilhões relativos à de maio. Além disso, é preciso considerar ainda que as remunerações pagas pelo Inamps aos médicos e hospitais estão de tal maneira aviltadas que há muito se transformaram num poderoso incentivo às fraudes. O Inamps paga por uma consulta médica Cr\$ 36 mil em junho, valor que terá reajuste de 28% no próximo mês. Como o pagamento é feito 60 ou 90 dias depois, sem correção monetária, a conclusão do vice-presidente da Associação Médica Brasileira (AMB), Wirton Palermo, é que "não se trata de pagamento, mas de gorjeta".

O presidente do Inamps, Carlos Mosconi, anunciou a liberação de Cr\$ 4 trilhões aos hospitais conveniados e pediu a eles compreensão pelas notórias dificuldades financeiras do governo, prometendo quitar o débito total até o final do mês. Ao mesmo tempo, declarou-se satisfeito ao ficar

sabendo que parte dos recursos a serem arrecadados por meio do IPMF irá para o Ministério da Saúde. Também a população, sobretudo as camadas mais carentes, que dependem do SUS, espera a mesma compreensão, embora reconhecendo razão aos hospitais, para que o sistema de saúde não entre em colapso.

Nada disso, contudo, resolverá coisa alguma, servindo apenas para superar uma situação de emergência. Se nada de sério começar a ser feito o quanto antes, esse quadro voltará a se repetir dentro de um ou dois meses. A dramática situação da saúde é um reflexo da total falência do Estado e da irresponsabilidade dos políticos, que continuam a adiar as reformas indispensáveis. Se o sistema de saúde e a Previdência Social vivem na condição de indigentes, mendigando recursos, obrigando o governo a raspar o fundo do tacho do Tesouro para enfrentar crises cada vez mais frequentes, é porque não têm hoje fontes de recursos suficientes e claramente estabelecidas. Para resolver isso, é indispensável uma ampla reforma tributária e fiscal, que por sua vez depende de mudanças na Constituição.

Em vez de enfrentar essa situação, os deputados e senadores preferem destinar bilhões de cruzeiros para bolsas de estudos para seus filhos em escolas caríssimas, para fundações controladas por suas famílias e até para boates. Enquanto isso, os hospitais estão caindo aos pedaços, o ensino público está falido e os aposentados nunca têm a segurança de que a Previdência poderá honrar seus compromissos. Os doentes e seus familiares, que correm o risco de encontrar as portas dos hospitais fechadas, devem se lembrar que as reformas destinadas a melhorar a saúde pública e tirar o País como um todo do atoleiro dependem hoje basicamente do Congresso. É preciso pressionar deputados e senadores, porque eles já demonstraram que só assim se decidem a cumprir suas obrigações.